Geradora Eólic	a Ro	ns Ventos					
da Serra							
CNPJ/MF nº 14.0	80.2	23/0001-1	0				
Balanços patr	imoı	niais em					
31 de dezembro de 2018 e 2017							
(Em milhare							
	<u>ota</u>	2018	2017				
Caixa e equivs.de caixa	4	48	229				
Depósitos vinculados	7	319	386				
Contas a receber	5	1.218	1.255				
Impostos a recuperar		93	120				
Despesas antecipadas Outros ativos	6	101 98	1.270				
Total do ativo circulante		1.877	3.299				
Despesas antecipadas	6		491				
Despesas antecipadas Depósitos vinculados	7	8.308	8.539				
Imobilizado	8	113.298	119.161				
Total do ativo	Ü		1171101				
não circulante		121.606	128.191				
Total do ativo		123.483	131.490				
Passivo							
Fornecedores a pagar		643	554				
Emprésts.e financs.	9	2.905	2.780				
Debêntures	9	1.258	1.258				
Encargos tribs.e trabalhs.		341	393				
Prov.p/ressarcimento							
de energia	10	2.140	1.030				
Fianças a pagar	11	-	1.096				
Outras contas a pagar Total do passivo circul.		$\frac{1}{7.288}$	$\frac{2}{7.113}$				
Dividendos a pagar	19	<del>- 1.288</del> 55	<del>7.113</del> 55				
Fianças a pagar	11	- 33	484				
Debêntures	9	12.743	12.112				
Emprésts.e financiams.	9	33.649	34.979				
Prov.p/desmobilização	12	1.482	1.457				
Outras contas a pagar		8	12				
Total do passivo							
não circulante		47.937	49.099				
l —							
Patrimônio líquido	13						
Capital social	13	80.212	80.212				
Capital social Prejuízos acumulados	13	(11.954)	(4.934)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido	13						
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo	13	(11.954) 68.258	(4.934) <b>75.278</b>				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido		(11.954) 68.258 123.483	(4.934) 75.278 131.490				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re	esult	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerc	(4.934) 75.278 131.490 efcios				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen	esult nbro	(11.954) 68.258 123.483 ado Exercide 2018 6	(4.934) 75.278 131.490 efcios				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare	esult nbro s de	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerc de 2018 e Reais)	(4.934) 75.278 131.490 ficios 2 2017				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare	esult nbro	(11.954) 68.258 123.483 ado Exercide 2018 6	(4.934) 75.278 131.490 efcios				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas	esult nbro s de ota	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerc de 2018 e Reais) 2018 11.896 (11.872)	(4.934) 75.278 131.490 (cios 2017 2017 13.090				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto	esult nbro s de ota 14 15	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 11.896 (11.872) 24	(4.934) 75.278 131.490 16cios 2017 2017 13.090 (10.473) 2.617				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs	esult nbro s de ota 14	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerc de 2018 e Reais) 2018 11.896 (11.872)	(4.934) 75.278 131.490 16cios 2017 2017 13.090 (10.473)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das	esult nbro s de ota 14 15	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 11.896 (11.872) 24	(4.934) 75.278 131.490 16cios 2017 2017 13.090 (10.473) 2.617				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras,	esult nbro s de ota 14 15	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerco de 2018 e Reais) 2018 (11.876) (11.872) 24 (1.154)	(4.934) 75.278 131.490 1000 131.490 131.490 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos	esult nbro s de ota 14 15	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154) (1.130)	(4.934) 75.278 131.490 (icios 2 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras	esult nbro s de ota 14 15 16	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 c (Reais) 2018 11.896 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557	(4.934) 75.278 131.490 (10.658) (2017) 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras	esult nbro s de ota 14 15 16	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 11.896 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447)	(4.934) 75.278 131.490 ficios 2017 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725 (6.864)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq.	esult nbro s de ota 14 15 16	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 c (Reais) 2018 11.896 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557	(4.934) 75.278 131.490 (10.658) (2017) 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Result.financ.líq. Resultado antes	esult nbros de ota 14 15 16	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447) (5.890)	(4.934) 75.278 131.490 1600s 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725 (6.864) (6.139)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos	esult nbro s de ota 14 15 16	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 11.896 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447)	(4.934) 75.278 131.490 ficios 2017 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725 (6.864)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição	esult. nbros de ota 14 15 16 17 17 17 18	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447) (5.890)	(4.934) 75.278 131.490 1008 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos	esult nbros de ota 14 15 16	(11.954) 68.258 123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447) (5.890)	(4.934) 75.278 131.490 1600s 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725 (6.864) (6.139)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício  Demonstrações do re	esult nbro s de ota 14 15 16 17 17 17 18 18	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154) (1.130) (5.890) (7.020) do abran	(4.934) 75.278 131.490 1600s 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749) (362) (5.111) gente				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício  Demonstrações do re Exercícios findos em 31 des	esult nbro s de ota 14 15 16 17 17 17 18 18 sulta de de	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 11.896 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447) (5.890) (7.020) ado abran ezembro de	(4.934) 75.278 131.490 1600s 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227) 1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749) (362) (5.111) gente				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício  Demonstrações do re	esult nbro s de ota 14 15 16 17 17 17 18 18 sulta de de	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerco de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447) (5.890) (7.020) (7.020) do abranezembro e de Reais)	(4.934) 75.278  131.490 (10.005) 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)  1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749) (362) (5.111) gente le 2018 e				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício  Demonstrações do re Exercícios findos em 31 de 2017 (Em milhas)	esult nbro s de ota 14 15 16 17 17 17 18 18 sulta de de	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerce de 2018 e Reais)  2018 11.896 (11.872) 24 (1.154)  (1.130) 557 (6.447) (5.890) (7.020)  (7.020)  100 abrame ezembro e de Reais) 2018	(4.934) 75.278  131.490 (1008) 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)  1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749) (362) (5.111) gente le 2018 e				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício Demonstrações do re Exercícios findos em 31 de 2017 (Em milha Prejuízo do exercício	esult nbro s de ota 14 15 16 17 17 17 18 18 sulta de de	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerco de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447) (5.890) (7.020) (7.020) do abranezembro e de Reais)	(4.934) 75.278  131.490 (10.005) 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)  1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749) (362) (5.111) gente le 2018 e				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício Demonstrações do re Exercícios findos em 31 d 2017 (Em milha Prejuízo do exercício Resultados abrangentes	28 sult and a sult a sult a de dores	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 11.896 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447) (5.890) (7.020)  100 abranezembro e de Reais) 2018 (7.020)	(4.934) 75.278  131.490 1610s 12017  2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)  1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749) (362) (5.111) gente le 2018 e				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício Demonstrações do re Exercícios findos em 31 c 2017 (Em milha Prejuízo do exercício Resultados abrangentes Resultado abrangente to	esult nbro s de ota 14 15 16 17 17 18 18 sulta de do ares	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154)  (1.130) (5.890) (7.020)  (7.020) ado abran ezembro e de Reais) 2018 (7.020) (7.020)	(4.934) 75.278  131.490 16icios 2017  2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)  1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749)  (362) (5.111) gente le 2018 e  2017 (5.111)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido  Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare  N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício Demonstrações do re Exercícios findos em 31 de 2017 (Em milha  Prejuízo do exercício Resultado abrangentes Resultado abrangente to As notas explicativas	esult nbro s de ota 14 15 16 17 17 18 18 sulta de do ares	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerce de 2018 e Reais) 2018 (11.872) 24 (1.154) (1.130) 557 (6.447) (5.890) (7.020) ado abran ezembro e de Reais) 2018 (7.020) coarte integ	(4.934) 75.278  131.490 16icios 2017  2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)  1.390 725 (6.864) (6.139) (4.749)  (362) (5.111) gente le 2018 e  2017 (5.111)				
Capital social Prejuízos acumulados Total do patr.líquido Total do passivo e patrimônio líquido Demonstrações do re findos em 31 de dezen (Em milhare N Receita líq.de vendas Custo das vendas Lucro bruto Desp.gerais e administrs Resultado antes das receitas financeiras, liquidas e impostos Receitas financeiras Despesas financeiras Despesas financeiras Result.financ.,líq. Resultado antes dos impostos I.R. e contribuição social - Diferidos Prejuízo do exercício Demonstrações do re Exercícios findos em 31 c 2017 (Em milha Prejuízo do exercício Resultados abrangentes Resultado abrangente to	esultinbros de ota 14 15 16 17 17 18 18 sulta de dares	(11.954) 68.258  123.483 ado Exerco de 2018 of Reais)  2018 (11.872) 24 (1.154)  (1.130) 557 (6.447) (5.890) (7.020) 60 abrancezembro of Reais) 2018 (7.020) 60 abrancezembro of Reais) 60 abrancezembro of Reais) 60 abrancezembro of Reais) 61 (7.020) 62 (7.020) 63 (7.020) 64 (7.020) 65 (7.020) 66 (7.020) 67 (7.020) 67 (7.020) 67 (7.020) 68 (7.020) 69 (7.020) 60 (7.020) 60 (7.020) 60 (7.020) 60 (7.020) 60 (7.020) 60 (7.020) 60 (7.020)	(4.934) 75.278  131.490 (10.000) 2017 13.090 (10.473) 2.617 (1.227)  1.390 (6.864) (6.139) (4.749) (362) (5.111) gente le 2018 e  2017 (5.111) rante				

financeiras (Em milhares de Reais - R\$, exceto

quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional - A Geradora Eólica Bons

Malhadinha I no município de Ibiapina-CE,

2017 229 386 1.255 120 1.270 39 3.299 491 8.539 119.161	Fluxo d atividae Prejuízz contrib Ajustes Deprecia Rend.de Juros pro Baixa de Prov.p/ro Variaçõe Contas a Despesa Outros a
128.191 131.490	Fornece
554 2.780 1.258 393	Fianças Outras o Caixa g atividae Pag. de j e finance
1.030 1.096	Pag.de ji Caixa lí nas) ativ
7.113	
55 484 12.112 34.979 1.457 12	Saldos e
49.099	Prejuízo Compens
80.212 (4.934) <b>75.278</b>	Saldos e Prejuízo Saldos e
131.490 cios 2017	vendeu 1 Agência Leilão nº Energia -
2017 13.090 10.473) 2.617 (1.227)	do capita aptidão p CHESF - Em 9 de como apt o Despac teste a pa
<b>1.390</b> 725	2.793, au a Compa

31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais) 2018 2017 | Fluxo de caixa de atividades e caixa das de investimento 838 (2.227)des operacionais Depósito vinculado Aquisição de imobilizado o antes do I.R. e da (152)(84)ouição social (7.020)(4.749)Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades para: ação 5 892 5 848 operacionais 686 (2.311)aplicação financeira (540)(720)Fluxo de caixa de ovisionados  $\hat{5}.19\hat{2}$ 4.995 atividades de financiamento e imobilizado 123 Reversão custos de captação (263)1.257 essarcimento de energia 1.110Recursos provenientes de novos empréstimos e 4.757 6.631 es nos ativos e passivos 105 4.003 financiamentos a receber 37 Pagamento de empréstimos 1.660 (1.502)is antecipadas (918)e financiamentos - principal (1.372)Caixa líquido gerado pelas ativos (32)89 (2.718)dores a pagar (aplicado nas) atividades (1.580)1.006 operacionais (1.397)2.368 a pagar obrigações (32)(213)Redução de caixa e erado pelas equivalentes de caixa (181)(429)des operacionais 4.899 3.807 Caixa e equivalentes de juros de empréstimos 229 658 caixa no início do exercício (3.098)(3.047)Caixa e equivalentes de caixa ciamentos uros de debêntures (1.271)(1.246) no final do exercício 48 229 íg.gerado p/(aplicado Redução de caixa e 530 (429)equivalentes de caixa (181)vidades operacionais (486)As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em

em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais) Reserva de lucro Reserva de Total do Capital Reserva lucros a Prejuízos patrimônio social legal realizar acumulados líquido m 1°/01/2017 80.212 166 80.389 11 (5.111)do exercício (5.111)sação c/prejs.acumulados em 31/12/2017 (11)(166)177 (4.934) 75.278 80.212 (7.020)(7.020)do exercício 80.212  $\overline{(11.954)}$ 68.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras 2 MW (Não auditado) no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de 03/2011-ANEEL. A Companhia é uma join venture controlada pelos acionistas Darby Servtec -Fundo de Investimentos em Participações. e a Brave Winds Geradora II S.A., cada um com 50% al social da Companhia. Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de para operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que possui a concessão dos direitos de transmissão fevereiro de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Companhia ta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014. Em 21 de setembro de 2016, a ANEEL publicou cho nº 2.527, liberando as unidades geradoras da BVS para início das operações em fase de artir de 22 de setembro de 2016. Em 19 de outubro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº itorizando o início das operações de geração a partir de 20 de outubro de 2016. Desde esta data, nhia está disponibilizando sua energia produzida. 1.1 Capital circulante líquido negativo - Em 31 de dezembro 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 5.411 (em 31 dezembro de 2017, R\$ 3.814). Conforme estimativas da Administração, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido com a geração futura de caixa pela Companhia, decorrente de sua própria atividade. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o saldo de R\$ 8.308 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 8.539) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme apresentado na Nota 7, cujo saldo é superior ao capital circulante líquido negativo apresentado. 1.2 Resolução normativa - A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h (Não auditado). O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina Resolução ANEEL Data da publicação Portaria 228, de 10 de abril de 2012 EOL Malhadinha I 16 de abril de 2012 1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER) - O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Início da opera-

Final da

Preço R\$/MWh

Quantidade

opera-Usina Wh/ano Agosto/2011 cão comercial cão comercial EOL Malhadinha L 105.1 98.95 Jul/2014 Jun/2034 O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o Ventos da Serra I S.A. ("BVS" ou "Companhia), prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011. O contrato sociedade de propósito específico, com sede de venda de energia, mencionado anteriormente, contempla o recebimento da receita em parcela fixa na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda mensal e, ao final de cada exercício de suprimento, uma parcela variável, conforme o volume de energia disponibilizado. 1.4 Outros aspectos relevantes - REIDI - Regime Especial de Incentivos para o constituída em 12 de julho de 2011, tem por Desenvolvimento da Infraestrutura - Com relação aos tributos de competência Federal, o Projeto objetivo social desenvolver estudos, projetar, estava enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando o PIS-Importação e a COFINS-Importação implantar, operar e explorar especificamente a pro a COUNTS and a sous serviços para as obras de infraestrutura, e seus fornecedores nacionais de Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como proveniente da Central Geradora Eólica Malhadinha decleradora Malhadinha decleradora Eólica Malhadinha Eólica Malhadinha Eólica Malhadinha Eólica Malhadinha Eólica Eólica Malhadinha Eólica Eólica Malhadinha Eólica I e quaisquer outros direitos relacionados à essa atividade, ligados exclusivamente à Central declarada no Ato Declaratório nº 36, de 21 de julho 2017. **Regime Especial de Tributação** - Em 4 de atividade, ligados exclusivamente à Central declarada no Ato Declaratório Executivo nº 123 de 3 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 3 de dezembro de 2014, Geradora Eólica Malhadinha I. A Central Geradora econhecendo a opção da Companhia pelo regime especial de tributação relativamente à contribuição para Eólica Malhadinha I, propriedade da Companhia, o PIS/PASEP e para a COFINS. Licença ambiental e autorizações - Em 31 de dezembro de 2013, o



projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque. Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará ("SEMACE") emitiu as licenças de operação do parque (nº.314/2014) e da linha de transmissão (nº.310/2014) com validade até novembro de 2018, cujo processo de renovação já foi concluído com as novas licenças de operação do parque (nº.714/2018) e da linha de transmissão (nº.693/2018) com validade até dezembro de 2022. **1.5 Administração** - A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração é composto por quatro membros efetivos e igual número de suplentes indicados por ambos os acionistas. 2 Base de preparação · a. Declaração de conformidade - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b. Moeda funcional e de apresentação - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ás estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Julgamentos - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 21 - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional. Incertezas sobre premissas e estimativas - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 8 - critérios para definição de vida útil do imobilizado; Nota 12 - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; Nota 10 e 14 - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução; e, d. Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. 3. Principais políticas contábeis - A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis - A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido ao método de transição escolhido pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. (a) CPC 47 Receita de contrato com cliente - O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Companhia adotou o CPC 47 com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados às informações comparativas. (b) CPC 48 - Instrumentos financeiros - O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros - O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. Á tabela a seguir explica as categórias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

**CPC 38 CPC 48** Saldos em 01/01/2018 Ativos e passivos conforme o balanço patrimonial Contas a receber Empréstimos e recebíveis Custo amortizado 229 Caixas e equivalentes de caixa Empréstimos e recebíveis Custo amortizado Depósitos vinculados Designado a VJR Obrigatoriamente a VJR 8.925 Fornecedores Outros passivos financeiros Outros passivos financeiros 554 37.759 Empréstimos e financiamentos Outros passivos financeiros Outros passivos financeiros Debêntures Outros passivos financeiros Outros passivos financeiros 13.370 Outros passivos financeiros Outros passivos financeiros

(ii) Transição - A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38. As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial. - A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido. - A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR. Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48, então, a Companhia pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. 3.2 Receita operacional - A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, cuja receita operacional de comercialização de energia elétrica é reconhecida quando o cliente obtém o controle da referida energia. Não houve impacto quanto a forma de reconhecimento em exercícios anteriores 3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. 3.4 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 3.5 Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes princípais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Depreciação - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. (iii) Custos subsequentes - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. (iv) Provisão para desmobilização - A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.6 Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 -Instrumentos financeiros - Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking), decorrentes de fatores macroeconômicos. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Ativos financeiros com problemas de recuperação - Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Úm ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do emissor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial - A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018 - Ativos financeiros não derivativos - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: - inadimplência ou atrasos do devedor; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - dados observáveis, indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (ii) Ativos não-financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (ÚGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. 3.7 Financiamentos e empréstimos - As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 20 - Custos de Empréstimos, considerando os seguintes critérios para capitalização: a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização; b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos; c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos qualificados para capitalização. 3.8 Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 3.9 Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. 3.10 Instrumentos financeiros - (i) Reconhecimento e mensuração inicial - O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e, - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 - Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018 - A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de: - empréstimos e recebíveis; - ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018 - Empréstimos e recebíveis - Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento - Ativos financeiros - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não





são desreconhecidos. <b>Passivos financeiros</b> - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada	4 F
ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença	A
entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é	a
reconhecida no resultado. (iv) Compensação - Os ativos ou passivos	(
financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um	I
direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção	(
de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. <b>3.11 Capital social -</b> Ações são classificadas como	e
patrimônio líquido. <b>3.12 - Distribuição de dividendos -</b> A distribuição de	t
dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto	e
social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente	5 F
é provisionado na data em que são aprovados. 3.13 Arrendamentos - (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento - No	F
início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um	(
arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um	Ċ
arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos	a
outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada	S
elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o	e
passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo;	Ċ
subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando	S
a taxa de captação incremental da Companhia. (ii) Ativos arrendados -	I
Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são	l c
classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial,	(
o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.	e
Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a	
política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não	S
são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. (iii) Pagamentos	7
<b>de arrendamentos</b> - Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.	( 1
Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos	7
financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo	(
do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. <b>3.14 Novas normas e interpretações</b>	(
ainda não efetivas - Uma série de novas normas serão efetivas para	(
exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as	(
normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha	(
um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos - A	I F
Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de	c
janeiro de 2019. Em suas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou não existir impacto na aplicação inicial do CPC 06 (R2) 16, conforme	a F
descrito abaixo. Todavia, quaisquer impactos reais da adoção da norma a	f
partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas	r
primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.	t
O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário	(
reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar	F
o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão	F
disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A	(
contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros	F
ou operacionais. (i) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária	F
- A Companhia arrenda um imóvel rural, sob arrendamento operacional. Esse arrendamento possui prazo inicial de duração de vinte anos, com opção	f
de renovação do arrendamento após esse período. Considerando que a remuneração mensal do arrendamento corresponde a 1,5% da Receita Bruta	C
Mensal (pagamento variável de arrendamento dependendo de receita) da	À
Companhia, a natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos não mudará. Dessa forma, a Companhia continuará reconhecendo uma	C
despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento,	( e
reconhecendo ativos e passivos na medida em que há uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.	S
<b>b. Outras normas -</b> A seguinte norma alterada e interpretação não deverá	ć
ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	V
	_ ~

4 Caixa e equivalentes de caixa	2018	2017
Bancos - conta movimento	1	4
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	47	225
	48	229

a. Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancário (CDB), com remuneração fixada em 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor. Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 20.

5 Contas a receber	2018	2017
Receita - CCEE (i)	962	1.255
Receita – geração superior (ii)	256	-
Total	1.218	1.255

(i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota 1. O efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à emissão do Despacho de aptidão para operar pela ANEEL, que ocorreu em dezembro de 2014. (ii) O saldo se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de apuração do ano de suprimento compreendido entre junho e dezembro de 2018, entre a energia gerada e a energia contratada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que será faturada conforme contrato de comercialização de energia elétrica. 6 Despesas antecipadas - Referem-se, substancialmente, a fianças bancárias referentes aos empréstimos junto ao BNDES e financiamento através de emissão de debêntures, apresentados na Nota 9. Adicionalmente, há seguros referentes, por exemplo, à responsabilidade civil, riscos relacionados ao cumprimento de obrigações com transmissora e Operador Nacional do Sistema Elétrico, risco operacional e seguro de vida em grupo, que são apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência e competência. Abaixo, composição:

. ,	2018	2017
Seguros a apropriar	98	133
Fianças a apropriar	3	1.628
Total das despesas antecipadas a apropriar	101	1.761
Circulante	101	1.270
Não circulante	-	491
7 Depósitos vinculados	2018	2017
Conta centralizadora (a)	319	386
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	1.216	1.194
Conta reserva serviço da dívida Debêntures (c)	722	686
Conta reserva de O&M (d)	444	470
Conta reserva especial (e)	5.824	5.959
Conta de pagamento de debêntures (f)	102	230
	8.627	8.925
Circulante	319	386
Não circulante	8.308	8.539

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e do registro de emissão de debêntures, conforme apresentado abaixo:(a)Conta centralizadora - conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.(b)Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031. (c) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031. (d)Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031. (e) Conta reserva especial - constituída com recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031. (f) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031. Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras em renda variável, junto ao Fundo Soberano Simples FIC, cujos rendimentos, no exercício de 2018 e 2017, foram, respectivamente, de 6,26% a.a. e 9,89% a.a.

8 Ativo imobilizado								
O ativo imobilizado pode ser apresentado da	seguinte forma	:						
	31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas	31/12/2017	Adição	Baixas	31/12/2018
Administração								
Máquinas e equipamentos	20	4	-	-	24	-	-	24
Equipamentos e processamentos de dados	16	-	-	-	16	-	-	16
Moveis e utensílios	40	1	-	-	41	-	-	41
Benfeitoria em imóveis de terceiros	33	-	-	-	33	-	-	33
Direito de uso de software	2				2			2
Subtotal administração	111	5	-	-	116	-	-	116

	31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas	31/12/2017	Adição	Baixas	31/12/2018
Parque eólico								
Acessos, obras e instalações	32.426	529	1.119	-	34.074	-	-	34.074
Sobressalentes	52	-	-	-	52	-	-	52
Transformador	1.090	-	-	-	1.090	-	-	1.090
Torres	5.582	-	-	-	5.582	-	-	5.582
Geradores	16.320	-	-	-	16.320	9	-	16.329
Nacelle	13.651	-	-	-	13.651	-	-	13.651
Pás	22.084	-	-	-	22.084	-	-	22.084
Outros materiais e equipamentos	32.585	495	-	(944)	32.136	45	-	32.181
Projetos sociais – doação (*)		140	<u>-</u> _		140	98	(123)	115
Subtotal parque eólico	123.790	1.164	1.119	(944)	125.129	152	(123)	125.158
Provisão para desmobilização (**)	1.418				1.418			1.418
Imobilizado em operação	125.319	1.169	1.119	(944)	126.663	152	(123)	126.692
Adiantamento para inversões fixas	1.119		(1.119)					
Imobilizado em andamento	1.119		(1.119)					
Depreciação da administração	(31)	(13)	-		(44)	(12)		(56)
Depreciação do parque eólico	(1.603)	(5.753)	-	-	(7.356)	(5.800)	-	(13.156)
Amortização desmobilização	(20)	(82)	<u>-</u> _		(102)	(80)		(182)
Depreciação acumulada	(1.654)	(5.848)			(7.502)	(5.892)	_	(13.394)
Total	124.784	(4.679)	-	(944)	119.161	(5.740)	(123)	113.298
(%) TD . 1 1 1 1 1 1 1	1 1/ 1 1							

(\*) Trata-se de bens adquiridos como parte da cláusula de projetos sociais do empréstimo do BNDES. (\*\*) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico, precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. O estudo apontou que o custo aproximado de desmontagem do parque é de R\$ 1.418. No ativo imobilizado estão capitalizados custos de empréstimos e financiamentos ocorridos até 31 de dezembro de 2016, durante a fase de construção, no montante total de R\$ 4.972. As taxas de depreciação anuais, de acordo com a vida útil estimada para cada componente são conforme a seguir apresentadas:

Administração	Taxas anuais médias de depreciação (%	%)
Equipamentos gerais		10
Veículos de uso administrativo		20
Equipamentos gerais de inform	ática	20
Urbanização e benfeitorias		8
,		

Parque eólico	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Sobressalentes	5
Transformador	2,86
Torres	3,33
Geradores	5
Nacelle	4
Pás	6,67
Outros materiais e equipamen	tos 5
Acesso, obras e instalações	3,33

Em 2018, a depreciação do exercício alocada ao custo das vendas monta R\$ 5.880 (em 2017, R\$ 5.835); às despesas, R\$ 12 (em 2017, R\$ 13). A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apre

sentado na Nota 9. **9 Empréstimos, financiamentos e debêntures** - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas. Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 conforme demonstrado a seguir:

١		Taxas	2018	2017
١	Empréstimos e financiamentos			
١	Banco Nacional de Desenvolvimento			
١	Econômico e Social - BNDES	2,65% a.a.		
١		e TJLP	36.782	38.003
١	(-) Custos de captação de empréstimos			
١	e financiamentos		(228)	(244)
١			36.554	37.759
١	Circulante		2.905	2.780
١	Não circulante		33.649	34.979
١	Debêntures	9,43% a.a.		
١		e IPCA	14.099	13.529
١	(-) Custos de captação de debêntures		(98)	(159)
١	1 3		14.001	
١	Circulante		1.258	1.258
١	Não circulante		12.743	12.112
١	Total empréstimos,			
١	financiamentos e debêntures		50.555	51.129
١	Os montantes por ano de vencimento têm	a seguinte com	posição:	
١	Vencimentos	31/12/20	18 31	/12/2017
١	2018		-	4.038
١	2019	4.1	63	4.056
١	2020	4.4	04	4.460
١	2021 em diante	41.9	88	38.575
١	Total	50.5	55	51.129
١	A seguir, conciliação da movimentação pa	trimonial com	os fluxos	de caixa

decorrentes de atividades de financiamento:

- (944) 119.101 (3.740) (123)	113.296
Saldo em 1 de janeiro de 2017	48.060
Amortização de principal	(1.372)
Juros pagos	(4.293)
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	4.003
Custos de captação	(263)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	4.995
Saldo em 31 de dezembro de 2017	51.129
Amortização de principal	(1.502)
Juros pagos	(4.369)
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	105
Juros reconhecidos no resultado do exercício	5.192
Saldo em 31 de dezembro de 2018	50.555

As obrigações decorrentes do contrato de financiamento com o BNDES e escritura de emissão de debêntures foram garantidas por fianças bancárias até 10 de dezembro de 2018 quando o BNDES atestou o atendimento das condições previstas contratualmente em relação à Conclusão Financeira do Projeto e, em consequência, anuiu à liberação integral das cartas de fiança bancária relacionadas a seguir: Carta Fiança 4525517- Escritura de Emissão de Debêntures. Emitida em 16 de junho de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A Carta Fiança 4475917 - Contrato de Financiamento BNDES Nº 15.2.0287.1. Emitida em 5 de maio de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A. Carta Fiança 4552017 - Contrato de Financiamento BNDES Nº 15.2.0287.1. Emitida em 10 de julho de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debentures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas: Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade. A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva n. 159/11 (CER). A Companhia, concedeu em penhor: - Os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria nº 228 de 13 de abril de 2012; - Máquinas e equipamentos relativo do projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de empréstimo e financiamento; - Os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 5 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; - Os direitos creditórios provenientes do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós Garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; - Os direitos creditórios provenientes de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira anuência do BNDES. A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,30. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas podem culminar em vencimento antecipado das parcelas. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a administração da Companhia avaliou que foram cumpridas todas as exigências relacionadas às cláusulas restritivas. Primeira emissão de debêntures - Referente às debêntures mencionadas anteriormente, em 15 de junho de 2015, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, com esforços restritos de distribuição, de debêtures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória no montante total de R\$ 10.300 com vencimento em dezembro de 2026 com taxa equivalente ao IPCA + 9,432% a.a.

10 Provisão para ressarcimento de energia - Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 2.140 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 1.030) se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que será faturada conforme contrato de comercialização de energia elétrica.



11 Fianças a pagar	2018	2017
Fianças - BNDES	-	976
Fianças - Debêntures		604
		_1.580
Circulante		1.096
Não circulante	-	484
As obrigações decorrentes do contrato de financ	iamento com o l	BNDES e

escritura de emissão de debêntures foram garantidas por fianças bancárias até 10 de dezembro de 2018, quando o BNDES atestou o atendimento das condições previstas contratualmente em relação à Conclusão Financeira do Projeto e, em consequência, anuiu à liberação integral das cartas de fiança bancária. 12 Provisões - (i) Provisão para contingências - A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providencias legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo para contingências nos exercícios de 2018 e 2017, sobre questionamentos desmobilização - Em 31 de dezembro de 2018, o saldo total da provisão 2017, R\$ 1.457) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente do desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do (=) Prejuízo fiscal desmonte da EOL Malhadinha I. A valorização dos materiais foi realizada, 19 Partes relacionadas - a. Transação com partes relacionadas - A utilizando-se o preço do peso de cada material específico, comercializado e horas/máquinas para desmonte, corte e fracionamento de componentes, gerado. Em dezembro de 2018, a Companhia realizou cálculo de atualização Servtec Investimentos e Participações Ltda., com a alienação da totalidade apresentado na Nota 1, a Darby Servtec Energia - Fundo de Investimentos do valor justo: em Participações e a Brave Winds Geradora II S.A. são os acionistas da Companhia, cada uma com 50% do capital social da Companhia. b. Reserva legal - É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia apurou prejuízos, não constituindo, portanto, reservas. c. Dividendo mínimo obrigatório - Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

## 14 Receita líquida de vendas

	2018	2017	observáveis. Visão geral - A Companhia possui exposic
Receita de energia contratada	12.346	13.586	riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco
PIS	(80)	(88)	liquidez; Risco de juros; e, Risco operacional. Riscos
COFINS	(370)	(408)	de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas
	11.896	13.090	contraparte em um instrumento financeiro, decorrent
15 Custos das vendas	2018	2017	cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basi
Depreciações	(5.880)	(5.835)	de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(1.797)	(1.770)	a seguir: (i) Instrumentos financeiros, depósitos em d
Custos regulatórios	(145)	(166)	- O risco de crédito de saldos bancários é administrad
Arrendamentos operacionais	(227)	(549)	financeiro da Companhia de acordo com a política j
Custos gerais	(149)	(228)	Conselho de Administração. Os recursos excedentes
Custos com manutenção	(2.438)	(615)	aplicações financeiras de acordo com a avaliação da g
Custos com pessoal	(296)	(606)	Além do percentual de remuneração e do rating atual de
Serviços de terceiros	(328)	(467)	em consideração o montante de capital investido nesta po
Custo sócio ambiental	(467)	(101)	ou instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2018,
Custos com infraestrutura	(136)	(121)	48 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 229) em caixa e e
Outros custos	(9)		Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Compar
	(11.872)	(10.473)	R\$ 8.627 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 8.925) em
16 Despesas gerais e administrativas	·		a empréstimos, financiamentos e debêntures. Risco de
	2018		liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar difi
Despesas gerais	(36)		as obrigações associadas com seus passivos financeiro
Despesa com manutenção	(25)		com pagamentos em caixa ou com outro ativo finance
Despesas com pessoal	(424)	(381)	Companhia na administração da liquidez é de garantir, na
Serviços de terceiros	(378)		que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com
Despesa com infraestrutura	(60)	(63)	vencimento, tanto em condições normais como de e
Despesa com publicações	(48)	(46)	perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação
Depreciações	(12)	(13)	determinar a capacidade financeira da Companhia em cur
Projetos sociais	(123)	(128)	os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos d
Outras despesas administrativas	(48)		e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os
	(1.154)	$(1.\overline{227})$	na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:
I			

7 17 Resultado financeiro, líquido	2018	2017
6 Receita financeira de aplicações financeiras	540	720
4 Variação monetária ativa	6	5
Outras receitas financeiras	11	-
6 Receita financeira	557	725
4 Juros sobre empréstimos, financiamentos		
e e debêntures	(5.192)	(4.995)
s Fianças bancárias	(1.062)	(1.272)
s Juros passivos	(3)	(414)
o Imposto sobre movimentações financeiras - IOF	(3)	(71)
a Outras despesas financeiras	(187)	(112)
O Despesas financeiras	(6.447)	(6.864)
Resultado financeiro, líquido	(5.890)	(6.139)
s 18 Tributos sobre o lucro - Em 31 de dezembro	de 2018 a C	omnanhia

possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações no montante de R\$ 6.793 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 5.332), cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos, pois não é provável que lucros judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil. (ii) Provisão para tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. Adicionalmente, em 2017 foi realizada a baixa das provisões para desmobilização de ativos era de R\$ 1.482, (em 31 de dezembro de de impostos diferidos ativos de exercícios anteriores no montante de R\$ 362 classificado no ativo não circulante.

I.R. e contribuição social - Corrente	2018	2017
Prejuízo contábil antes do I.R. e da contribuição social	(7.020)	(4.749)
(+) Adições	228	341
(=) Prejuízo fiscal	(6.793)	(4.408)

Companhia é controlada pela Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos por empresas de sucata. Para o cálculo do valor necessário para a remoção em Participações e pela Brave Winds Geradora II S.A., cada uma com 50% do dos materiais do parque, foi adquirido dos fabricantes o peso de cada um capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, há o saldo dos principais componentes de uma central geradora eólica. Para cálculo dos de R\$ 55 de dividendos a distribuir aos acionistas, para o qual não há previsão recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem para realização. b. Remuneração do pessoal-chave da Administração - O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os diretores. A bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material remuneração paga ao pessoal-chave da Administração em 2018 foi de R\$ 151 (em 2017, R\$ 171). 20 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém do valor da provisão para desmobilização dos seus ativos imobilizados, operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos utilizando o IPCA. 13 Patrimônio líquido - a. Capital social - Em 31 de é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando dezembro de 2018 e 2017, o Capital Social da Companhia é composto por a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia restringe sua 168.150 ações que correspondem a R\$ 80.212 Em 6 de junho de 2018, por exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras. meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a saída da acionista A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. das 84.075 ações ordinárias que possuía na Companhia em favor da Darby Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros Servtec Energia - Fundo de Investimentos em Participações. Conforme não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável

		Ativos	Outros	
Em 31/12/2018	VJR	financeiros	passivos	Valor justo
	a	amortizado	financeiros	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	ı -	48	-	-
Depósitos vinculados	8.627	-	-	8.627
Contas a receber de clientes	-	1.218	-	-
Fornecedores	-	-	643	
Empréstimos e financiamento	os -	-	36.554	33.630
Debêntures	-	-	14.001	13.021
Dividendos a pagar			55	

cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 48, as exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos. Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis. Visão geral - A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de juros; e, Risco operacional. Riscos de crédito - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir: (i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do rating atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem R\$ 48 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 229) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o saldo de R\$ 8.627 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 8.925) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os valores apresentados



A vencer em		A ve	ncer			de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2018 e	2017, p	odem ser	
até 1 ano		acima de 1 ano		Tot		assim sumariados:			
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	20	18	2017
Empréstimos e							Total de empréstimos e		
financiamentos	2.905	2.780	33.649	34.979	36.554	37.759	financiamentos bancários 50.5	55	51.129
Debêntures	1.258	1.258	12.743	12.112	14.001	13.370	Menos: Caixa e equivalentes de caixa (4	18)	(229)
Fornecedores	643	554	-	-	643	554	Menos: Depósitos vinculados (8.6)	27)	(8.925)
A estratégia finance	ira adota	da pela	Companh	ia busca	constante	mente a	Dívida líquida 41.8	80	41.975
mitigação do risco de								.58	75.278
ao capital circulante								,61	0,56
de juros - Decorre d							22 Cobertura de seguro - A Companhia possui um programa	de gerei	nciamento
decorrentes de oscila							de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no me	ercado c	coberturas
passivos financeiros.							T T T		
busca diversificar a							1 , 1		
para travar o custo fi							sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os r		
derivativos nos exerc							em suas operações e a orientação de seus consultores de se		
operacional - O rise							dezembro de 2018 e 2017, a cobertura de seguros contra ris	cos ope	eracionais
parte ou de todo o fo							era composta por:		
Administração da Co								18	2017
relevantes no mercado									226.937
contrato de seguros e							Total <u>260.6</u>	92	226.937
			(i) Inclui, por exemplo, danos materiais de bens de tercei						
são os de salvaguaro							segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos	elétrico	s; quebra
oferecer retorno aos							de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas		
além de manter uma							contensão de sinistro; obras civis em construção; entre outros		
Companhia monitora							Diretoria - Guido Prestes Lemos, Renato Melo Gome		
Esse índice corresp	onde à o	lívida lí	quida exp	ressa coi		ntual da	Administração - Rodrigo Nelson Brum Selles, Pedro Cunh	a Fiuza	, Paulo de

soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua

vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do

	de alavaneagem imaneema, em 51 de dezembro de 2	.016 C 201	, podem sei
,	assim sumariados:	2018	2017
	Total de empréstimos e		
)	financiamentos bancários	50.555	51.129
)	Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(48)	(229)
Ļ	Menos: Depósitos vinculados	(8.627)	(8.925)
ı	Dívida líquida	41.880	41.975
•	Total do patrimônio líquido	68.258	75.278
)	Índice de alavancagem em 31 de dezembro	0,61	0,56

,		2018	2017
)	Danos materiais (i)	260.692	226.937
	Total	260.692	226.937

(i) Inclui, por exemplo, danos materiais de bens de terceiros em poder do segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos elétricos; quebra de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas de salvamento e contensão de sinistro; obras civis em construção; entre outros danos materiais. Diretoria - Guido Prestes Lemos, Renato Melo Gomes. Conselho de Administração - Rodrigo Nelson Brum Selles, Pedro Cunha Fiuza, Paulo de Meira Lins, Rafael Espínola de Vasconcelos, Rafael Marques Coelho, Nelson Magalhães Graça, Valentina Tania Cumo Ryfer. Contador - Antônio Werk montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa. Os índices Rodrigues Pereira - CRC-CE 016296/0-8.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Potengi - Secretaria Municipal da Educação - CNPJ: 07.658.917/0001 - 27 - Chamada Pública nº 05/2019 Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Potengi - Secretaria Municipal da Educação - CNPJ: 07.658.917/0001 - 27 - Chamada Pública nº 05/2019 - PNAE - Agricultura Familiar / Resultado Final. Período de Realização: 03 de abril a 24 de abril de 2019. Relação por: № - Produto - Fornecedor - DAP - CPF - Und. - Qtd. Anual - Unt. R\$ - Total R\$ : 01 - Cheiro Verde / Coentro - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 005.160.043 - 95 - Kg - 220 - 8,00 - 1.760,00; Raimundo Gomes da Silva - CE02300119140280010545050 - 849.791.003 - 68 - Kg - 220 - 8,00 - 1.760,00; 02 - Pimentão - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 005.160.043 - 95 - Kg - 140 - 4,00 - 560,00; Raimundo Gomes da Silva - CE02300119140280010545050 - 849.791.003 - 68 - Kg - 140 - 4,00 - 560,00; 03 - Macaxeira - Raimundo Gomes da Silva - CE02300119140280010545050 - 849.791.003 - 68 - Kg - 920 - 4,00 - 3.680,00; 04 - Tomate - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 005.160.043 - 95 - Kg - 440 - 4,00 - 1.760,00; Raimundo Gomes da Silva - CE02300119140280010545050 - 849.791.003 - 68 - Kg - 480 - 4,00 - 1.920,00; 05 - Banana - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 005.160.043 - 95 - Kg - 880 - 5,00 - 4.400,00; Raimundo Gomes da Silva - CE02300119140280010545050 - 849.791.003 - 68 - Kg - 880 - 5,00 - 4.400,00; 66 - Feiião de Corda - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 005.160.043 - 95 - Feiião de Corda - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 4.550.00 - 4.400,00; 66 - Feiião de Corda - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 4.550.00 - 4.400,00; 66 - Feiião de Corda - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 4.550.00 - 4.400,00; 66 - Feiião de Corda - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 4.550.00 - 4.400,00; 66 - Feiião de Corda - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 4.550.00 - 4.400,00; 66 - Feiião de Corda - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 4.550 Feijão de Corda - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 005.160.043 - 95 - Kg - 650 - 7,00 - 4.550,00 ; Mari Alves C. de Souza - SDW0780398193341810161141 - 780.398.193 - 34 - Kg - 650 - 7,00 - 4.550,00 ; Cicero José Dos Santos - SDW0962705433041708181130 - 962.705.433 - 04 - Kg - 700 - 7,00 - 4.900,00; 07 - Frango Caipirão - Jorge Rodrigues Cândido; SDW0980195203252904160246 - 980.195.203 - 25 - Kg - 400 - 16,80 - 6.720,00; Maria Alves C. de Souza; SDW0780398193341810161141 - 780.398.193 - 34 - Kg - 400 - 16,80 - 6.720,00; Francisca Luana S. de Souza; SDW0052453363671711170236 - 054.389.043 - 08 - Kg - 400 - 16,80 - 6.720,00; Cicera Regina S. de Sousa; SDW613956033082209171002 - 613.956.033 - 08 - Kg - 400 - 16,80 - 6.720,00; Francisca Marçal de C. Silva - SDW0687575323201904161132 - $387.575.323 - 20 - Kg - 400 - 16.80 - 6.720,00; 08. \ Carne / Ovino - Francisca Sudário B. Sousa - SDW0220447872531108151132 - 220.447.872 - 53 - Kg - 280 - 18,00 - 5.040,00; Eraldo Oliveira Feitosa - SDW008749423060405181049 - 008.749.423 - 06 - Kg - 360 - 18,00 - 6.480,00; Cicero Alves$ de Sousa - SDW0980645253491107181132 - 980.645.253 - 49 - Kg - 360 - 18,00 - 6.480,00; 09 - Carne / Caprino - Francisco Sebastião de Lima - SDW0005160043950905170204 - 005.160.043 - 95 - Kg - 480 - 18,00 - 8.640,00; Francisca Sudário B. Sousa - SDW0220447872531108151132 - 220.447.872 - 53 - Kg - 520 - 18,00 - 9.360,00; Total Geral R\$: 104.400,00. **Potengi - CE, 25 de abril de 2019. Ana Maria Rodrigues Mendes de** Souza - Secretária Municipal da Educação - Portaria Nº 03/2019.

\*\*\* \*\*\* \*\*\*

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01.21.01/2019-01 − PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.21.01/2019 − OBJETO: Registro de Preço para Futuras e Eventuais Aquisições de gêneros alimentícios para compor o cardápio da merenda escolar do Município de Frecheirinha-CE. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE: Secretaria de Educação e compor o cardápio da merenda escolar do Município de Frecheirinha-CE. **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**: Secretaria de Educação e Desporto. **FORNECEDOR BENEFICIÁRIO: LUCIANA DE OLIVEIRA** – **ME**, CNPJ: 27.663.583/0001-97, representada por procuração pelo, Sr. Kaique de Assis Lima. **VALOR:** ITEM 1\*AD: QNT: 4.158; PREÇO REGISTRADO: R\$ 14,16 (Quatorze Reais e Dezesseis Centavos); ITEM 9\*EX: ARROZ INTEGRAL; QNT: 170; PREÇO REGISTRADO: R\$ 2,98 (Dois Reais e Noventa e Oito Centavos) / ITEM 13\*EX: SOPA DE ARROZ, COM MACARRÃO, MOLHO DE TOMATE E LEGUMES – SABOR CARNE; QNT: 711; PREÇO REGISTRADO: R\$ 10,71 (Dez Reais e Setenta e Um Centavos) / ITEM 14\*EX: SOPA DE ARROZ, COM MACARRÃO, MOLHO DE TOMATE E LEGUMES – SABOR FRANGO; QNT: 711; PREÇO REGISTRADO: R\$ 10,80 (Dez Reais e Oitenta Centavos) / ITEM 19\*EX: MACARRÃO INTEGRAL; QNT: 170; PREÇO REGISTRADO: R\$ 7,80 (Sete Reais e Oitenta Centavos) / ITEM 22\*EX: AMIDO DE MILHO (CAIXA C/ 1 KG); QNT: 753; PREÇO REGISTRADO: R\$ 6,04 (Seis Reais e Quatro Centavos) / ITEM 24\*EX: LEITE DESNATADO EM PÓ; QNT: 485; PREÇO REGISTRADO: R\$ 4,72 (Quatro Reais e Setenta e Dois Centavos) / ITEM 29\*EX: COLORÍFICO; QNT: 2.149; PREÇO REGISTRADO: R\$ 0,50 (Cinquenta Centavos) / ITEM 32\*EX: SAL REFINADO; QNT: 860; PREÇO REGISTRADO: R\$ 0,69 (Sessenta e Nove Centavos). **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Eletrônico N° 01.21.01/2019; Lei N° 10.520/2002; Decretos Federais N° 5.450/2005 e N° 7.892/2013 e Lei N° 8.666/93. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01 ano contado de sua assinatura e respectiva publicação. **DATA:** 02/04/2019. **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal, Rua Av. Joaquim Pereira, N° 855, Centro. Fone: (88) 3655-1200, Fortaleza-CE. **RESPONSÁVEIS:** Edilene Maria de Aquino Sousa – Secretária de Educação.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01.21.01/2019-02 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.21.01/2019 – OBJETO: Registro de Preço para Futuras e Eventuais Aquisições de gêneros alimentícios para compor o cardápio da merenda escolar do Município de Frecheirinha-CE. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE: Secretaria de Educação e Desporto. FORNECEDOR BENEFICIÁRIO: MÁRILENE DE CARVALHO VASCONCELOS, CNPJ: 35.043.876/0001-08, representada pela Sra. Marilene de Carvalho Vasconcelos. VALOR: ITEM 6\*EX: AÇÚCAR CRISTAL BRANCO; QNT: 5.168; PREÇO REGISTRADO: R\$ 2,13 (Dois Reais e Treze Centavos) / ITEM 16\*EX: BISCOITO DOCE TIPO MARIA; QNT: 5.258; PREÇO REGISTRADO: R\$ 2,94 (Dois Reais e Noventa e Quatro Centavos) / ITEM 18\*EX: MACARRÃO ESPAGUETE; QNT: 8.506; PREÇO REGISTRADO: R\$ 1,60 (Um Reais e Sessenta Centavos) / ITEM 21\*EX: MINGAU DE CANJIQUINHA DE MILHO VERDE SABOR LEITE CONDENSADO; QNT: 1.157; PREÇO REGISTRADO: R\$ 9,75 (Nove Reais e Setenta e Cinco Centavos) / ÎTEM 25\*AD: LEITE EM PÓ INTEGRAL; QNT: 5.297; PREÇO REGISTRADO: R\$ 19,84 (Dezenove Reais e Oitenta e Quatro Centavos) / ITEM 26\*CR: LEITE EM PÓ INTEGRAL; QNT: 1.764; PREÇO REGISTRADO: R\$ 19,84 (Dezenove Reais e Oitenta e Quatro Centavos) / ITEM 30\*EX: ÓLEO DE SOJA; QNT: 960; PREÇO REGISTRADO: R\$ 3,64 (Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos). **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Eletrônico Nº 01.21.01/2019; Lei Nº 10.520/2002; Decretos Federais Nº 5.450/2005 e Nº 7.892/2013 e Lei Nº 8.666/93. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01 ano contado de sua assinatura e respectiva Publicação. **DATA:** 02/04/2019. **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal, Rua Av. Joaquim Pereira, Nº 855, Centro. Fone: (88) 3655-1200, Fortaleza-CE. RESPONSÁVEIS: Edilene Maria de Aquino Sousa, Secretária de Educação.

